

AS INSUSTENTÁVEIS LEVEZAS DOS DISCURSOS DA MÍDIA NO BRASIL: REPRESENTAÇÕES SOBRE AÇÃO AFIRMATIVA E UNIVERSIDADE (2000-2006)

Sandra Sales – UFRRJ

Agência Financiadora: CAPES

1. Introdução

Neste trabalho analiso editoriais e artigos de opinião sobre políticas de ação afirmativa (AA), em especial as cotas ou reservas de vagas em universidades públicas para afrodescendentes e para alunos oriundos de escolas públicas, publicadas pelo jornal O Globo entre 2000 e 2006.

O estudo buscou atingir dois objetivos: o primeiro foi identificar e categorizar diferentes vozes e linhas de argumentação apresentadas no debate sobre AA pelo jornal O Globo e o segundo foi especificar a posição específica assumida pelo jornal, que se constitui um importante ator político, não apenas no Rio de Janeiro, mas no país.

A pesquisa identificou 230 artigos de opinião e editoriais. Para a análise foram selecionados 20% que foram categorizados em termos de suas posições gerais sobre AA e também em termos de suas racionalidades – se apresentam resistências ou se defendem as políticas.¹

2. Revisão de literatura (interlocução com a produção na área)

Analisar o papel contemporâneo da mídia em geral, e da imprensa em particular, tem constituído tarefa de muita importância para a pesquisa educacional, devido ao alcance e a importância que esta adquiriu na vida de muitas pessoas e instituições como informadora e formadora de opinião (MARTINS, 2005). Uma outra razão fundamental é que os discursos apresentados pela imprensa constituem espaços importantes para pautar e confrontar os sentidos atribuídos a determinadas questões educacionais (FISCHMAN & HAAS, 2005; MARTINS, 2005).

Diversos pesquisadores da área de educação apontaram o papel que a mídia, e os jornais em particular, desempenha na construção das percepções sociais e individuais sobre o funcionamento da educação. Nos Estados Unidos, por exemplo, Devitt (1998) estudou como os assuntos referentes ao ensino superior eram

¹ Cabe destacar que dentre os artigos de opinião publicados no jornal O Globo, foram selecionados para análise apenas artigos de autoria de jornalistas vinculados ao jornal.

publicados no “The New York Times,” “USA Today,” “The Washington Post” e “The Wall Street Journal”. Nas conclusões deste estudo, Devitt mostra que estes jornais publicavam mais frequentemente reportagens sobre a administração das faculdades, crimes e tragédias, e as políticas de ação afirmativa, mas falavam muito poucos sobre pesquisas e cursos. Esta tendência também é observada por dois dos mais proeminentes pesquisadores no campo, Berliner e Biddler (1995, 1998), que manifestaram em seu estudo clássico, *The Manufactured Crisis*, que:

É difícil que passe sequer uma semana sem que um ou mais representantes da imprensa inflamada detalhem o estado “corrompido” das escolas da América. Considerando que a imprensa regularmente proclama “evidência” com a intenção de confirmar as falhas das escolas, é de se espantar que muitos americanos aceitem esta mensagem? E dada a incessante irresponsabilidade da mídia, quem se surpreenderia se alguns leitores tivessem dificuldade em acreditar em *nós*? (ênfase no original) (BERLINER & BIDDLE, 1995, p. 11).

Uma perspectiva sensivelmente diferente é oferecida por Maeroff (1998), que manifesta cuidado com relação à idéia de falhas e/ou insuficiências da mídia. Maeroff aponta três áreas preocupantes. Primeiro, ele estabelece distinções entre o papel e o estilo da mídia nacional e local, indicando que os jornais locais tendem a ser mais positivos do que os nacionais. Segundo, ele afirma que existe uma diferença entre o que o público e o repórter podem considerar crítico ou negativo. Os repórteres podem buscar vigorosamente por situações críticas com a intenção de mobilizar esforços e melhorar a situação. Levando isso em consideração, Maeroff argumenta que as reportagens “negativas” resultantes devem ser vistas como “positivas”. Finalmente, até mesmo no caso onde jornais dão cobertura igual a ambos os aspectos positivos e negativos da educação e das escolas, o público parece mais inclinado a se lembrar das histórias associadas aos negativos. Este ponto final é claramente ilustrado por Benham Tye em sua análise sobre o papel da mídia em moldar a sensatez convencional quando escreve:

Ano após ano, o avaliador de opinião pública Gallup Poll sobre educação mostra que uma amostra nacional de pais dá às escolas dos seus filhos uma nota média ou *superior*. Afinal de contas, eles devem saber. Mas isso nunca é “notícia”. A capacidade que uma história negativa tem de obscurecer as milhares de realizações diárias dos alunos e professores é, literalmente, incrível (ênfase no original) (2000, p. 36).

O período de trinta anos que começou em 1970 foi caracterizado pela proeminência da noção de “crise na educação”, não somente como um recurso discursivo dos jornais, mas também em termos de outras mídias populares na comunidade acadêmica (BERLINER & BIDDLE, 1995; FISCHMAN & GVIRTZ, 2001). Se durante os anos 60 a busca por soluções foi estimulada por projetos de desenvolvimento nacional e mudança social (no Brasil) ou os imperativos morais de *Brown v. Board of Education* e o movimento dos Direitos Civis (nos Estados Unidos) misturado com a lógica da Guerra Fria (em ambos os países), as reformas contemporâneas aparecem para serem largamente influenciadas pelas iniciativas do mercado ou o quase mercado. As iniciativas do Mercado e quase Mercado podem resumidamente descrever como eles tinham o objetivo de aumentar a participação do setor com fins lucrativos na educação, o estabelecimento dos incentivos do mercado e disciplina na educação através de fiadores, “escolha” ampliada, e a privatização dos serviços educacionais (APPLE, 2004).

Embora o envolvimento corporativo não seja uma novidade (FISCHMAN et al 2005), diversos autores (MANNING, 1999; MOLNAR, 2001) sustentam que tal perspectiva atingiu níveis sem precedentes.

A ambição por um envolvimento corporativo nas escolas tem sido uma suposição fundamental na criação de políticas federais, estaduais e locais por mais de vinte anos. Embora tenha sido afirmado que as parcerias eficientes escola-empresa promovem o bem estar cívico e pessoal, o aumento do envolvimento corporativo na educação tem sido justificado principalmente em bases macroeconômicas, por exemplo, como necessário para aumentar a competitividade americana na economia global. Esta justificativa tem sido tão largamente aceita que, a este ponto, o comércio está envolvido em quase todos os aspectos da educação pública dos Estados Unidos” (MOLNAR, 2001, p. 1).

A aparente complacência do público e dos formuladores de política com o envolvimento corporativo nas escolas também é observado nos estudos conduzidos por Tye (2000), Berliner e Biddle (1995, 1998), Maerof (1998), Molnar (2001), que coletivamente sugerem que a mídia de massa, e os jornais em particular, estão ambos “promovendo” ou se recusando a tomar uma posição crítica em relação à incorporação de soluções de mercado na educação pública (FISCHMAN & HAAS, 2009).

No Brasil, a publicação em periódicos de pesquisas sobre educação e comunicação apresentou um crescimento a partir da segunda metade da década de

1990, especialmente as que tomam a televisão e a mídia impressa, o Ensino Fundamental e o Ensino Superior como objeto de estudo. Além disso, as pesquisas no campo têm abordado temáticas como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), cinema, imagens, educação à distância, educação on-line, jogos entre tantas outras (VERMELHO & AREU, 2005; PRETTO, 2007).

Especificamente sobre a intervenção da mídia nos debates sobre AA e sobre relações raciais já foram realizados muitos trabalhos no Brasil (MARTINS, 2005; SANTOS, 2005; BORGES, 2003, SALES & FISCHMAN, 2008). Na cobertura feita sobre essas questões, a mídia não apenas demarcou sua própria posição em seus editoriais, como também publicou a opinião de intelectuais, militantes, políticos, juízes, autoridades públicas e jornalistas². Veiculou, ainda, reportagens, entrevistas, artigos, colunas e cartas aos editores (MARTINS, 2005).

O advento da Terceira Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas em Durban, África do Sul, em 2001 foi um marco nesse processo. Neste período, a mídia brasileira passou a pautar e a divulgar mais informações sobre a questão racial brasileira, “retroalimentando a inclusão da questão racial na agenda política nacional” (SANTOS, 2005, p. 17).

Este processo de divulgação de temáticas e informação relacionadas com a situação racial brasileira se intensificou ainda mais, com o debate e implantação das políticas de reserva de vagas em universidades públicas, principalmente em relação ao caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ).

Em curso, desde 2003, em algumas universidades do país, as AA têm provocado inúmeros e acirrados debates na sociedade brasileira. Entretanto, é a reserva de vagas para afro-descendentes, principalmente nas universidades públicas,

²Santos (2005, p. 19-20) relaciona os principais sujeitos ouvidos pela imprensa nacional sobre as AA na universidade: o ex-vice presidente da república, Marco Maciel; o ex-ministro da Educação, Paulo Renato Souza; o ex-governador de Brasília e atual senador da república, Cristovam Buarque; o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio de Mello; o então presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Paulo Costa Leite; a economista e colunista do jornal O Globo, Miriam Leitão; a juíza federal Mônica Sifuentes; intelectuais/professores de várias universidades brasileiras, entre os quais José Jorge de Carvalho (UnB), Rita Segato (UnB), Lilia M. Schwarcz (USP), Flávia Piovesan (PUC/SP), Jorge da Silva (UERJ), Peter Fry (UFRJ), José Roberto P. de Góes (UERJ), Marcelo Paixão (UFRJ), Henrique Cunha Jr. (UFCE), Nilcéa Freire (reitora da UERJ), Timothy Mulholland (vice-reitor da UnB); e militantes negros Edna Roland (*Fala Preta*), Sueli Carneiro (*Geledés*), Hédio Silva Jr. (CEERT), Carlos Alberto Medeiros e Ivanir dos Santos (CEAP), entre outros.

que vem gerando uma estrita polarização entre obstinados defensores e opositores da medida³.

As diferenças entre os que impulsionam e os que se opõem às AA não são desprezíveis e não podem ser reduzidas a simples esquemas ideológicos que opõem direita e esquerda ou conservadores e progressistas. Esse debate é o reflexo de um conflito complexo e multifacetado, que envolve fundamentalmente a distribuição social de um bem desejado, neste caso o acesso à universidade, mas com repercussão em vários campos da vida social e com considerável destaque na agenda política e na mídia brasileiras.

De um modo geral, é possível afirmar que a mídia, e a imprensa em particular, se manifestou contrária às políticas de AA. Santos (2005, p. 20), ao se referir especificamente às opiniões escritas por acadêmicos e autoridades brasileiras, afirma que “a grande maioria dos autores que participaram desse debate posicionou-se contra a proposta de implementação de cotas para negros ingressarem nas universidades”.

De qualquer modo, a imprensa tem desempenhado um importante papel sobre as AA, mesmo dando destaque aos aspectos negativos da política: “A imprensa tem participação considerável nesse processo de debate público sobre as cotas. Ao mesmo tempo em que tomam posição contrária à política de cotas, os jornais propiciam um espaço de discussão” (MARTINS, 2005, p. 179).

Em suma, no que diz respeito às políticas de AA e, mais especificamente, ao caso das cotas nas universidades públicas brasileiras, a mídia, e a imprensa em particular, desempenhou um duplo papel: o primeiro foi pautar a discussão sobre as cotas, e conseqüentemente, uma outra, central para a sociedade brasileira, que é o racismo; o segundo, foi trazer o debate para a esfera pública. Este processo, com todas as contradições que lhe são peculiares, possibilitou o enfrentamento das diferentes visões e posicionamentos e contribui para a construção de novas compreensões sobre o tema.

³ A universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade do Estado da Bahia foram as primeiras a implantar cotas em 2003, seguidas de outras como a Universidade de Brasília. Atualmente, cerca de 30 universidades adotam AA. Também está em curso o Programa Universidade para Todos (PROUNI), lançado oficialmente pelo governo federal em 2004, que prevê a reserva de vagas para alunos negros e oriundos de escolas públicas em universidades privadas. Disponível em <http://prouni.mec.gov.br/prouni/>. Acesso em 25 de janeiro de 2005. Além disso, encontra-se em discussão no Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas para as universidades federais.

3. Tendências identificadas na pesquisa

A pesquisa identificou dois discursos principais. O primeiro, que considero dominante, expressa a posição “oficial” do jornal em seus editoriais e em artigos de opinião publicados pelo seu editor chefe, Ali Kamel. Nesta perspectiva, as AA são um equívoco pois estabelecem cotas ou reservas de vagas para grupos específicos; as AA são um erro, pois no Brasil não existe racismo, mas classismo; e que tais políticas deveriam ser estendidas a todos os grupos. O segundo discurso, minoritário e contrário àquele presente nos editoriais e especificamente à lógica de Ali Kamel, é veiculado por Miriam Leitão em sua coluna diária sobre economia. Ela argumenta, principalmente, que o processo de miscigenação ocorrido no Brasil não elimina o racismo e que as AA são necessárias.

3.1. O discurso dominante

O discurso dos editoriais de O Globo e de Kamel se articula, com algumas variações, a partir de um padrão que segue as seguintes estratégias: afirmar que as cotas são um erro pois são importadas dos Estados Unidos ou porque não há racismo no Brasil; antecipar os resultados da política de cotas; propor propostas alternativas às AA.

As cotas são um erro, pois são importadas dos EUA

Nos editoriais, o jornal indica que um dos “equívocos” inerentes à política de reserva de vagas é que elas foram “importadas dos Estados Unidos” (29/12/2005). Entretanto, o problema não é a importação em si, mas a diferença entre as duas sociedades no que tange à questão racial, porque a sociedade estadunidense se estruturou com base na segregação racial, enquanto o Brasil investiu na miscigenação e na convivência pacífica entre os diferentes grupos, o que dá o tom das relações raciais. Os textos abaixo são exemplos do que afirmo:

A idéia é claramente importada dos Estados Unidos, onde, no entanto, a discriminação racial tomou uma forma bem distinta do que se registra no Brasil. (O GLOBO, 23/01/2004).

Há uma acesa discussão sobre o risco de se importar ações afirmativas formuladas em países onde há ódio racial para uma sociedade miscigenada, com uma alicerçada cultura de convívio entre brasileiros natos e imigrantes, sem divisões por etnias. (O GLOBO, 27/03/2006).

Sobre os benefícios trazidos pela implantação das AA e, mais especificamente, das cotas, baseadas em critérios de cor/raça na experiência estadunidense, o jornal esboça posições diferentes e contraditórias. Por um lado, afirma que foram necessárias e tiveram bons resultados no que tange ao combate ao racismo:

Ali, [nos EUA] de fato, provavelmente seriam inviáveis os grandes progressos que se verificaram no combate ao racismo se não tivessem sido adotadas políticas mais radicais de ação afirmativa — da qual, aliás, a criação de cotas no ensino superior era apenas parte. (O GLOBO, 23/01/2004).

Mas por outro lado, o jornal, além de destacar que as cotas nos EUA eram “apenas parte” das medidas compreendidas no âmbito das políticas de AA, sugere que estas podem não ter sido tão efetivas assim, pois a “Suprema Corte já atenuou sua aplicação” (O GLOBO, 29/12/2005). Ao mencionar a ação da Suprema Corte estadunidense frente às políticas de AA, o jornal se refere ao processo de enfraquecimento que estas políticas tiveram naquele país, principalmente depois do caso *Regents of the University of California x Bakke*. Em 1978, a Suprema Corte julgou inconstitucional o programa de admissão de minorias da Escola de Medicina da Universidade da Califórnia, em Davis, por discriminar ilegalmente um candidato branco, embora tenha se manifestado a favor do uso da raça como um dos critérios para admissão nas universidades⁴. (MOSES 2001, 2002).

No Brasil não existe racismo, mas classismo

Uma voz constante no combate às políticas de AA é Ali Kamel, sociólogo, jornalista, diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo e colunista do jornal O Globo.⁵

Um dos grandes equívocos, indicado por Kamel, é a classificação racial por eles proposta que, classificando todos os não-brancos como *negros*, “somem com os pardos”⁶. Em outras palavras, o jornalista discorda radicalmente da fusão feita pelos movimentos negros das categorias *preto* e *pardo* do sistema de classificação do IBGE, em uma única, qual seja, *negro*, porque para ele *negros* são apenas os considerados

⁴Segundo Moses (2001, 2002) embora as AA não tenham sido completamente abolidas nos EUA, já o foram nos estados da Califórnia e Washington, e sofrem uma política de intimidação por parte dos setores conservadores da sociedade.

⁵ Os artigos que publicou em sua coluna desde 2003 foram reunidos no livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, publicado em 2006.

⁶ “Sumiram com os pardos” é o título de um dos capítulos de seu livro.

pretos pelo sistema de classificação do IBGE. Reconhecendo que a definição de quem é *pardo* no Brasil é muito difícil, Kamel argumenta que se estes são frutos da mistura de europeus com africanos, deveriam ser chamados *euro-afro-descendentes*, não tendo razão lógica para serem classificados apenas como *afro-descendentes* ou *negros*.

Apesar de reconhecer a existência do racismo do ponto de vista pessoal, Kamel (2006, p. 66) afirma que ele não existe do ponto de vista institucional, não sendo, portanto, uma marca da sociedade brasileira, cuja legislação nunca o estimulou e, ao contrário, sempre o combateu:

O racismo é sempre de pessoas sobre pessoas, e ele existe aqui como em todas as partes do mundo. Mas não é um traço dominante da nossa cultura. Por outro lado, nossas instituições são completamente abertas a pessoas de todas as cores, nosso arcabouço jurídico-institucional é todo ele ‘a-racial’. Toda forma de discriminação racial é combatida em lei.

A quase inexistência do racismo no país é atribuída por Kamel à profunda miscigenação que se tornou a marca da sociedade brasileira. À luz da genética, da história da colonização brasileira e das relações raciais construídas ao longo das gerações, garante que “tomamos gosto pela mistura e nos tornamos avessos às interdições raciais. Somos todos misturados. Não somos racistas”. (KAMEL *In*: O GLOBO, 19/09/2006).

As sociedades miscigenadas não escapam, entretanto, de práticas preconceituosas e, até mesmo, de um certo nível de preconceito racial. No caso brasileiro, as aparentes manifestações de racismo que ocorrem se devem a um fenômeno não menos perverso que este, qual seja, o “classismo”, ou “o preconceito contra os pobres” (KAMEL, 2006, p. 101). Assim, todos os pobres, e não apenas os afro-descendentes, encontram-se em situação precária no Brasil, não devido à sua cor, mas devido à má distribuição de riquezas operada no país:

[...] tudo o que se diz em relação aos negros e pardos pode ser dito com mais propriedade em relação aos pobres que têm as piores escolas, os piores salários, os piores serviços. Negros e pardos são maioria entre os pobres porque o nosso modelo econômico foi sempre concentrador de renda: quem foi pobre (e os escravos, por definição, não tinham posses) esteve fadado a continuar pobre (KAMEL, 2006, p. 60-61).

Como consequência, Kamel é contrário à adoção das cotas na universidade, quer raciais, quer sociais:

[...] não é a cor da pele das pessoas que impede as pessoas de chegar à universidade, mas a péssima qualidade das escolas que os pobres brasileiros, sejam brancos, negros ou pardos, podem frequentar. Se o impedimento não é a cor da pele, cotas raciais não fazem sentido. Mas tampouco fazem sentido cotas sociais, porque não é a condição de pobre que impede os cidadãos de entrarem na universidade, mas péssimo ensino público brasileiro. A única solução é o investimento maciço em educação, e jamais soluções mágicas como as cotas”. (Kamel, 2006, p.85)

Em suma, a operacionalização do sistema de cotas em universidades brasileiras tem gerado muita controvérsia e, particularmente, profundas injustiças. Os *brancos* pobres têm sido injustiçados por não terem acesso a elas. Os *pardos*, por sua vez, apesar de serem “usados para engrossar” a quantidade de *negros* pobres do país e assim justificar as cotas, têm sido excluídos das cotas em algumas universidades. Os próprios *negros* mais pobres não seriam os mais beneficiados, mas “apenas os mais afortunados do grupo” (KAMEL, 2006, p. 91).

Os resultados negativos das cotas

Uma outra estratégia discursiva adotada pelo jornal é chamar a atenção para resultados negativos que a adoção das cotas trariam para a própria universidade e para a sociedade brasileira, dentre os quais seus “efeitos políticos e sociais”. Na visão do jornal, a implantação de cotas raciais nas universidades parte da premissa de que a definição dos direitos sociais deve-se basear na “cor da pele” ou em “supostas raças”. Essa perspectiva, além de implicar a estratificação da sociedade como um fundamento inexistente do ponto de vista científico, teria um efeito extremamente danoso, que seria o de estimular o ódio e provocar discriminação racial na sociedade brasileira, que sempre convivera harmoniosamente. Nesse sentido, dois editoriais alertam que:

[...] deve-se estar atento ao que significa estratificar a sociedade pela cor da pele da população, e a partir dessa estratificação estabelecerem-se direitos. Ora, definir direitos civis com base em supostas raças — cientificamente inexistentes, diga-se — é inocular na sociedade o vírus letal de um *apartheid*. Mesmo que seja às avessas (O GLOBO, 24/08/2006).

Cotas para alunos com base em critérios de raça serão [são], estas sim, uma forma de discriminação capaz de criar os próprios problemas que tentam resolver [...] (O GLOBO, 23/01/2004).

Adiciona-se a esse resultado negativo decorrente da adoção das AA um outro, também muito comentado pelos editoriais, que é o rebaixamento da qualidade do ensino ministrado nas universidades, porque “esse tipo de política coloca em cheque o princípio imperativo do mérito, sem o que um ensino superior de qualidade é trágica

ilusão” (O GLOBO, 29/12/2005). Assim, de acordo com essa visão, as cotas implicariam a queda da qualidade do ensino das universidades, por relegar a “plano inferior o conceito de mérito acadêmico” (O GLOBO, 24/08/2006). A tendência seria de os professores reduzirem a qualidade de suas aulas para torná-las mais acessíveis aos alunos que vêm de um “ensino médio claudicante” (O GLOBO, 27/03/2006).

A diminuição da qualidade do ensino superior, por sua vez, traria trágicos resultados tanto para os alunos, individualmente, quanto para o país. O primeiro resultado destacado diz respeito aos alunos: o jornal conclui que estes terão uma formação de má qualidade e que, por isso, serão rejeitados pelo mercado de trabalho (O GLOBO, 27/03/2006). A visão apresentada resulta absolutamente pessimista tanto sobre os alunos, tanto como sobre a própria universidade. Os primeiros, por que não seriam capazes de superar as supostas lacunas trazidas do ensino fundamental e, a segunda, por não ser capaz de ensinar ou de ajudar os alunos que apresentam maiores dificuldades, a superá-las. É como se uma trajetória escolar ruim condenasse os alunos para sempre.

O segundo resultado da queda da qualidade do ensino superior provocado pela reserva de vagas, na visão do mesmo jornal, relaciona-se com seus “desdobramentos objetivos sobre o sistema produtivo brasileiro” (O GLOBO 24/08/2006). Para além das boas intenções e das preocupações com os “desníveis sociais”, as cotas representam um “equivoco capaz de degradar a qualificação universitária no país, algo trágico para quem precisa competir no mundo globalizado” (O GLOBO 24/08/2006). Desse modo, o país seria prejudicado na concorrência com outros países, não podendo, conseqüentemente, melhorar o padrão de vida da população (O GLOBO, 27/03/2006).

Em suma, as AA e, em particular a política de cotas, não trariam benefícios nem para os cotistas — que não seriam aceitos no mercado de trabalho; nem para a universidade — que assistiria sua qualidade decair; nem para a sociedade em geral — que devido à baixa competitividade da mão-de-obra do país, não teria como melhorar sua qualidade de vida. As cotas, por essa perspectiva, seriam apenas desperdício do dinheiro público, melhor aplicado na educação básica mas, sobretudo, “em benefício de todos, sem discriminações raciais” (O GLOBO, 27/03/2006).

As propostas sugeridas

O jornal O Globo, nos editoriais, além de se utilizar de várias estratégias discursivas para discordar da política que reserva vagas na universidade, se dedica também a apresentar suas propostas. Tomando o caso da Universidade de São Paulo (USP), o jornal se manifesta favorável às AA nas universidades, desde que não sejam cotas:

Isso não significa que não possa haver ações afirmativas para abrir espaços no ensino superior aos estudantes das faixas de renda mais baixa. A própria USP, além do bônus, acena para a militância cotista com a organização de cursinhos de vestibular gratuitos para esses alunos e com uma espécie de Provão anual para o ensino médio público, cujas notas seriam levadas em conta no vestibular. (O GLOBO, 28/05/2006).

Entretanto, a política de AA defendida pelo jornal com mais veemência tem lugar no ensino público básico, com caráter universal e de classe, pois deveria abranger a todos os desassistidos, independente da cor. O jornal reivindica que o Governo adote seu conceito ampliado de AA como se pode conferir abaixo:

É indiscutível a necessidade de ações afirmativas. Mas que não sejam excludentes. Deve-se cuidar de todos os desassistidos, não apenas dos negros. A melhor alternativa é um esforço geral, do Estado e da sociedade, para aprimorar o ensino público básico. Todos ganharão. (O GLOBO 11/03/2004).

A análise dos editoriais de O Globo demonstra que a visão sobre AA defendida pelo jornal se alterna entre a reivindicação de políticas universais na educação básica e a compreensão destas como medidas especiais, com um corte de classe social. A análise revela, ainda, a rejeição às cotas em qualquer nível de ensino e, em especial, as raciais.

Tal ponto de vista é incompatível com o próprio conceito de políticas de AA, pois estas supõem a distribuição de um determinado bem social, que de acordo com a lei deveria ser direito de todos, a um grupo que teve o acesso a esse bem negado historicamente. Se (ou quando) políticas voltadas para todos estivessem (ou estiverem) de fato atendendo a todos, certamente políticas dessa natureza não seriam (ou não serão) necessárias.

3.2. O discurso minoritário

A jornalista e economista Míriam Leitão é uma das poucas vozes dissonantes no jornal O Globo quando o assunto são as políticas de AA ou, mais especificamente, cotas raciais. Sua coluna diária no jornal denominada *Panorama econômico* tem sido

um espaço em que o tema é tratado com bastante frequência e com um enfoque diametralmente oposto à posição apresentada nos editoriais do jornal, bem como por seu editor, o jornalista Ali Kamel, com quem, aliás, travou uma polêmica em público⁷.

A leitura das colunas de Leitão me permite destacar que teve como objetivo básico combater e contribuir para a superação de, pelo menos, três “verdades” estabelecidas no Brasil ao longo dos anos: “de que não há racismo; de que as diferenças são apenas sociais; de que nos misturamos na miscigenação e não há uma fronteira entre o Brasil negro e o branco”. (O GLOBO, 02/01/2002).

A primeira das “verdades” acima destacadas, a de que não existe racismo no Brasil, foi motivo de uma das polêmicas travadas entre Leitão e Kamel, porque ela, ao contrário de seu colega jornalista e superior, enxergava uma profunda desigualdade racial no país, mesmo se mostrando otimista com a possibilidade de transformação, aberta pelo debate sobre o tema. Leitão afirma:

Adoraria concordar com meu amigo e chefe Ali Kamel e afirmar que no Brasil não há racismo. Amo tanto o Brasil que me é penoso admitir seus defeitos, mas acho que falar sobre eles pode acabar aumentando as muitas virtudes que nos ufanam. Entre as virtudes, infelizmente, não está a igualdade entre as raças. Mas não perco a esperança de que possamos construí-la, a partir do riquíssimo debate que atualmente o país está tendo sobre este delicado e constrangedor tema. (O GLOBO 11/12/2003).

A segunda “verdade” que Leitão buscou desconstruir em seus artigos, é ainda muito difundida no Brasil, tanto por setores considerados de esquerda, quanto de direita: o preconceito brasileiro é apenas social e não racial. Mais que uma “verdade”, ela afirma que se trata de uma “ilusão” que o país insiste em manter, contra a qual apresenta os seguintes argumentos, baseados em estudos feitos, inclusive por órgãos oficiais como o IBGE e o IPEA:

Sempre haverá quem dê explicações do tipo: o Brasil tem preconceito social e não racial. Ou então, que os negros são mais pobres por herança da escravidão. (...) Os dados não permitem mais que o Brasil tenha ilusões sobre si mesmo: o país cria barreiras artificiais à ascensão dos negros. Até porque tem havido avanços importantes em todas as áreas, na educação, na saúde, na estrutura demográfica. Tudo avança, até as diferenças regionais diminuem: a distância de expectativa de vida do Sul e do Nordeste, que já foi de dez anos, hoje é de cinco anos. Só o que parece estático, congelado,

⁷A discussão aqui apresentada toma como referência não apenas as colunas publicadas no jornal (que ela gentilmente cedeu, publicadas de 2000 a 2004), mas também reflexões durante a entrevista concedida à autora em 8 de dezembro de 2005.

é o fosso criado entre brancos, de um lado, e negros e mulatos de outro. (O GLOBO, 05/04/2001).

Sobre a terceira “verdade”, qual seja, a de que a miscigenação não admite a existência de fronteiras entre brancos e negros, destaco que Leitão, mais uma vez discordando de Kamel, aceita a fusão entre *pretos* e *pardos* que compõe a categoria *negro*. Seus argumentos fundamentam-se em estudos que comprovam que a situação socioeconômica e educacional de pretos e pardos quando não é igual, é bastante similar. Ainda em 2000 a jornalista afirmava: “Por todos os dados, a leitura é a seguinte: branco é branco e pardo é negro”. (O GLOBO, 24/11/2000).

Leitão também não compartilha um dos temores apresentados em editoriais do jornal O Globo, de que as políticas de AA promoveriam uma divisão racial ou o ódio racial no país. Ao contrário, afirma que “não são as ações afirmativas que vão criar uma divisão racial. Não produzirão o racismo. As divisões existem hoje, sempre existiram”. (O GLOBO, 02/06/2006).

A defesa das AA, e entre estas a adoção de cotas, é certamente parte desse caminho que o país começa a trilhar, e Miriam Leitão não vê incompatibilidade entre estas políticas e o investimento maciço na educação básica. Este é mais um diferencial entre ela e o posicionamento tanto do jornal, quanto de seu colega e superior Ali Kamel, que apresentam a única proposta de que o investimento em educação básica por si só resolverá o problema da baixa presença dos afro-descendentes na universidade pública.

4. Conclusão

As AA, em especial as cotas ou reservas de vagas em universidades públicas para afrodescendentes e para alunos oriundos de escolas públicas, ganharam considerável destaque na agenda política e na mídia brasileiras. A implementação dessas políticas encontra dificuldades, e se realiza em meio a grandes polêmicas, particularmente na definição dos grupos a serem beneficiados. As controvérsias em torno das políticas de AA relacionam-se e ao mesmo tempo que refletem, por um lado, um conflito complexo e multifacetado, que envolve fundamentalmente a distribuição social de um bem desejado, neste caso o acesso à universidade, mas por outro lado, expressam dificuldades históricas, políticas e sociais que envolvem a discussão sobre raça e racismo no Brasil e sobre as percepções que os brasileiros têm sobre sua própria identidade racial.

É também importante notar que para muitos, inclusive pesquisadores, há uma tendência a ver “as conspirações da mídia”. Entretanto, é mister reconhecer que, mesmo entre as mais articuladas vozes contra AA, houve espaço para perspectivas alternativas. O Globo poderia ter silenciado Miriam Leitão, mas suas posições e divergências com seu chefe foram colocadas publicamente em sua coluna. Se como pesquisadores, nós gostaríamos que O Globo tivesse uma posição mais balanceada, precisamos reconhecer que temos que ser mais cuidadosos com nossas avaliações sobre as “conspirações da mídia”.

Apesar dos problemas e limitações inerentes às políticas de AA e das controvérsias que elas despertam, que de resto fazem parte de qualquer política pública, estas, e em especial, as cotas cumprem o objetivo de promover o acesso à universidade de um número maior de afrodescendentes. É importante reconhecer que as cotas também têm efeitos de diversificar a população de afro-descendentes, por reforçar o acesso daqueles que pertenciam à classe média, que em muitos casos já acessavam a universidade, mas abre uma brecha histórica e numericamente significativa para os afrodescendentes dos setores populares que não tinham acesso, principalmente, aos cursos de maior prestígio social.

Finalmente, entendendo que as AA estabelecem bases que possibilitam a consolidação de um modelo de ação político-educativa mais comprometido com a noção de justiça redistributiva de bens sociais. Ao mesmo tempo em que apresentam limitações e riscos, sobretudo de essencializar a identidade afrodescendente, as AA são talvez o instrumento mais apto para viabilizar, mesmo de maneira restrita, a correção de injustiças históricas e contemporâneas produzidas pela sociedade brasileira no campo da educação superior.

5. Referências bibliográficas

- APPLE, M. *Ideology and curriculum (3rd Ed.)*. Oxford, UK: Taylor and Francis, 2004.
- BENHAM TYE, B. *Hard truths: Uncovering the deep structure of schooling*. New York: Teachers College Press, 2000.
- BERLINER, D. & BIDDLE, B. The lamentable alliance between the media and school critics. In MAEROFF, G. (Ed.), *Imaging education: The media and schools in America*. New York: Teachers College Press, 1998, p. 26-45.
- BERLINER, D. & BIDDLE, B. *The manufactured crisis: Myths, fraud, and the attack of America's public schools*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1995.

BORGES, R. da S. O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas. In: SILVA, C. da. *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Summus, 2003, p. 233-255.

Brasil. *Câmara Federal*. Projeto de lei n.º 73/99. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Disponível em www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/boletim/27/pdf/projeto_de_lei_7399.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2007.

_____. *PROUNI*. Disponível em <http://prouni.mec.gov.br/prouni/>. Acesso em 25 de janeiro de 2005.

_____. *Senado Federal*. Projeto de lei n.º 3.198/2000. Dispõe sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. Disponível em www.educafro.org.br/seppaa/downloads/Estatuto20da20Igualdade20Racial.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2007.

DEVITT, J. *Higher Education in the News: A Look into the Topics, Sources, and Views of the Print Media*. Washington, DC Council for the Advancement and Support of Education, 1998.

Editorial. Confusão racial. O Globo, 23/01/2004. p.6.

Editorial. Cotas raciais. O Globo, 11/03/2004, p. 6.

Editorial. Cotas raciais. O Globo, 29/12/2005, p. 6.

Editorial. Ação afirmativa. O Globo, 28/05/2006, p.6.

Editorial. Rota invertida. O Globo, 27/03/2006, p. 6.

Editorial. Ação Afirmativa. O Globo, 24/08/2006.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Harlow, UK: Longman, 1995.

FISCHMAN, G. E., HAAS, E. *Education & Consent: Critical Discourse Analysis and Higher Education*. Invited address at Institute for Advanced Studies Research Seminar, Lancaster University, Lancaster, England, December 6, 2005.

FISCHMAN, G. E. & HAAS, E. Framing Higher Education: Prototypes and conceptual categories for universities in influential U.S. newspapers. In: PINI, M. *Discourse and Education. Tools for a critical analysis of education discourses*. UNSAM, Buenos Aires, Argentina, 2009.

FISCHMAN, G. E., & GVIRTZ, S. Educational Policies in the Countries of Latin America during the 1990s. *Journal of Education Policy*, 16(6), 2001, p. 1-12.

FISCHMAN, G., MCLAREN, P., SÜNKER, H., & LANKSHER, C. *Critical theories, radical pedagogies, and global conflicts*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

KAMEL, A. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

_____. *Somos filhos da mistura*. O Globo, 19/09/2006, p.6.

LEITÃO, Miriam. *Os números revelam tudo*. O Globo, 24/11/2000, p. 18.

_____. *Nossa face*. O Globo, 05/04/2001, p. 18.

_____. *Pagar para ver*. O Globo, 02/01/2002, p. 18.

_____. *A verdade de cada um*. O Globo, 11/12/2003, p. 18.

_____. *Borandá*. O Globo, 02/06/2006, p. 18.

MAEROFF, G. (Ed.). *Imaging education: The media and schools in America*. New York: Teachers College Press, 1998.

MANNING, S. Students for Sale: How corporations are buying their way into America's classrooms. *The Nation [online]*, 1999. [Http://past.thenation.com/issue/990927/990927manning.shtml](http://past.thenation.com/issue/990927/990927manning.shtml).

MARTINS, A. R. N. Racismo e imprensa – argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: SANTOS, S. A. *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos), p. 179-207.

MOLNAR, A. *The media and educational research: What we know versus what the public hears*. Paper presented at the 2001 American Educational Research Association annual meeting, Seattle, Washington. Retrieved October 17, 2002, from <http://www.asu.edu/educ/eps/EPRU/documents/cerai-01-14>, 2001.

MOLNAR, A. *Giving kids the business*. Boulder, CO: Westview Press, 1996.

MOSES, M. Affirmative Action and the creation of more favorable contexts of choice. *American Educational Research Journal*. Spring 2001, vol. 38, n.º 1, p. 3-36.

_____. *Affirmative Action*. In: MOSES, M. S. *Embracing race: why we need race-conscious education policy*. New York and London: Teachers College, Columbia University, 2002, p. 106-152.

PRETTO, N. de L. Educação, Comunicação e a ANPED: Uma história em movimento. *30ª Reunião Anual da ANPED. ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social*. Anais, 2007.

SALES, S. & FISCHMAN, G. E. (2008) Reduções, confusões e más intenções: avançando na compreensão das políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. *Revista Teias*, vol. 9 (17) 47-58.

SANTOS, S. A. Introdução. In: SANTOS, S. A.(Org.) *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos), p. 13-29.

VERMELHO, S.C & AREU, G. I. P. Estado da arte da área de educação & comunicação em periódicos brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1413-1434, Set./Dez. 2005.